

Revolução de 1932 - A Epopéia de São Paulo

Resumo dos fatos:

Tudo começou em outubro de 1930, quando Getúlio Vargas apoiado pela Aliança Liberal e contando com o braço armado dos Tenentistas, protagonizou a Revolução que colocou fim ao regime da Velha República e suas práticas Oligárquicas no país.

O movimento, que pregava a convocação de uma Constituinte, o voto secreto e universal, além de profundas reformas políticas e sociais, contava com entusiasmado apoio em todo o território nacional, e tinha nos líderes do Partido Democrático de São Paulo como, Vicente Ráo, Francisco Moratto alguns de seus principais ativistas.

Coube a Vicente Ráo, inclusive, a confecção do plano que desmobilizou completamente as lideranças e a estrutura do PRP, partido que dava base a Velha República. Vitorioso o movimento, formou-se um Governo Provisório, nomeou-se interventores para todos os estados e governadores para as cidades. Havia muita mágoa represada contra os antigos governantes, no entanto.

Por todo o território nacional, perseguições, agressões, saques. Os Tenentistas, tantas vezes derrotados em antigas tentativas de tomar o poder, exigiam dirigir alguns estados. Depois da malograda tentativa de depor o Presidente de São Paulo Carlos de Campos no ano de 1924, ocasião em que tiveram que empreender fuga pelo interior do país, os Tenentistas exigiram governar o mais rico estado da federação.

Entre fazer o correto e nomear os líderes revolucionários paulistas para comandar São Paulo, ou agradar aos Tenentistas, Vargas optou por entregar o estado aos últimos. São Paulo não aceitou, exigiu um interventor civil e paulista e os ânimos se acirraram.

Civil e Paulista

No poder, os Tenentistas ocuparam militarmente o estado de São Paulo. O tempo passava, e nada de o Governo Provisório falar em constituinte ou eleições: Por todo o Brasil, desconfiava-se de um golpe por parte dos Próceres de 30 para se perpetuar no poder. O povo paulista foi para as ruas e exigiu o fim da liderança Tenentista no estado. Pressionado, Getúlio cedeu.

Em março de 1932, depois de enormes manifestações populares, Vargas nomeou o ex-embaixador Pedro de Toledo, paulista e civil, como interventor de São Paulo. Pressionado a aceitar ingerências em seu governo no momento de nomear o Secretariado, ele reage e exige liberdade de ação. Getúlio ameaça tira-lo do cargo. O povo foi novamente para as ruas.

O Partido Democrático de São Paulo, que tanto lutara em favor de Getúlio, deita um manifesto reprovador as constantes agressões contra o povo paulista e ao estado militarmente ocupado. A polícia getulista invade sua Sede, prende Vicente Ráo, justamente ele, o idealizador do projeto de desmonte do "perrepismo". A revolta, porém, não acontecia só em São Paulo.

No Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e até mesmo na capital, Rio de Janeiro, explodiram, entre o final de 1931 e o início de 1932, inúmeros movimentos contrários ao governo e a sua política. Os jornais, mesmo aqueles alinhados ao governo, protestavam. O discurso era um só: "O governo provisório está provisório por tempo demasiado....precisamos de uma Constituição....de eleições...". Getúlio reprimiu as manifestações com violência e com isso, a revolta do povo só aumentou.

23 de maio

O dia 23 de maio amanheceu tranqüilo na capital paulista. Menos nas ruas do centro, onde alguns "tiras" de Getúlio ocupavam pontos estratégicos. Sabia-se que o ministro Oswaldo Aranha estava na capital, e corria de boca em boca a notícia de que sua presença em São Paulo se dava para depor Pedro de Toledo. Rapidamente as ruas se viram tomadas pelo povo.

A ocupação militar de São Paulo já havia enchido a paciência dos paulistas. Os discursos começaram a espocar, aqui e ali. A atmosfera ficou eletrizada e todos, em altos brados, exigiam que o novo Secretariado de São Paulo fosse aclamado pelo próprio povo. De repente, a multidão resolveu se dirigir até o Quartel das Forças Armadas. Ordenadamente, o povo se dirigiu ao Quartel.

Os líderes temiam ser recebidos sob fogo de metralhadoras. Lá, a surpresa. Os portões estavam abertos, escancarados. Diversos oficiais apareceram e se congratularam com os manifestantes. O Exército estava com São Paulo. De lá, os manifestantes resolveram ir até o QG da Força Pública. E lá se foram eles.

Ao chegarem, enquanto os líderes explicavam as razões do Movimento aos atentos oficiais, alguns integrantes da passeata forçaram a porta da sede da odiada Legião Revolucionária de Getúlio. Uma gritaria começou no meio da praça. O povo estava sendo atacado a tiros. Correria, raiva, gritos, brigas e sangue.

Pouco depois, 5 corpos jaziam no chão: Mario Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Drausio Marcondes de Souza, Antonio Américo de Camargo Andrade estavam mortos. Orlando de Oliveira Alvarenga, gravemente ferido (faleceria em um quarto de hospital no mês de agosto – por isso suas iniciais não fazem parte do MMDC). Revoltada, a multidão se dirigiu até o Palácio dos Campos Elíseos e gritou seu apoio a Pedro de Toledo.

MMDC

Entre fins de maio e início de julho a tensão no país cresceu a níveis bastante perigosos. Rio Grande do Sul, Paraná, Minas, Santa Catarina, São Paulo e lideranças dissidentes do Rio de Janeiro confabulavam desde fevereiro uma reedição da Frente Única de 30 para depor o Governo Provisório. A eclosão do movimento foi marcada para o dia 14 de julho. Uma Revolução estava em marcha.

Em 9 de julho de 1932, entretanto, o ambiente estava eletrizado na capital paulista. Por volta das 22 horas daquele dia, as pessoas que deixavam os cafés, bares e teatros, se depararam com as primeiras movimentações de tropas pela capital. Estudantes começaram a circular pelas ruas com fuzis a tiracolo. Soldados e viaturas iam, freneticamente, de um lado para outro.

Benedicto Chaves, repórter do jornal A Platéia, foi um dos primeiros paulistas a entenderem o que se passava. Ao sair pelas ruas em busca de notícias, passou diante do antigo prédio da Rua do Tesouro, onde estivera a Prefeitura, a Câmara Municipal e, depois o Fórum. Notou defronte e em seu interior uma grande movimentação de jovens fardados e a paisana. Resolveu entrar. Em cima, como no pavimento térreo, cidadãos comuns faziam filas para preencher fichas. Homens, senhoras, jovens, arrastavam mesas, cadeiras, armários, e varriam o assoalho.

Então o repórter perguntou - "O que é isso?" - Ao que respondeu um dos presentes: "É o MMDC. O posto central de mobilização que recebeu esta denominação em memória das 4 primeiras vítimas do Movimento Constitucionalista. Os jovens, Martins, Miragaia,

Dráusio e Camargo. Aqui é nosso Quartel. Estamos inscrevendo voluntários para derrubar a ditadura”.

Em seguida, passou informações a respeito do funcionamento do Posto, do serviço de recrutamento de voluntários, diretores e outros pormenores. O velho casarão do Largo São Francisco estava transformado num Quartel, numa “praça de guerra”. Os estudantes haviam trocado os livros pelo fuzil. Ao mesmo tempo em que os civis empunhavam armas, os militares de São Paulo desembainhavam as espadas, reverenciando a Lei e o Estado de Direito. São Paulo iria lutar pela Constitucionalização do país.

O jornalista, pasmo, deixou-se cair em uma cadeira: “É incrível! Um exército do povo!”. E o povo paulista, nas ruas, cinco dias antes da data combinada com os outros estados envolvidos no Movimento Constitucionalista, acabou por deflagrar a Revolução.

Três Meses

O movimento de 32 foi organizado pelos mesmos líderes que estiveram à frente da Revolução de 30. Sua intenção: resgatar os valores que motivaram a derrubada da Velha República e implantar a normalização democrática do país. Porém, com a precipitação do movimento em 9 de julho por São Paulo, o Governo Provisório, agiu rapidamente e contando com o recuo de alguns dos envolvidos na conspiração, desmantelou as lideranças de Santa Catarina, Minas e Paraná.

Enquanto isso, o interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, voltou atrás na palavra empenhada. São Paulo ficou sozinho. Cercado pelas forças federais, o estado, na época, foi acusado por Getúlio, em transmissões de rádio, de separatista e de tentar impor os valores da Velha República.

Isso nunca aconteceu, já que o movimento, como se comprova através dos inúmeros panfletos impressos na época tinha caráter nacional. Esta, porém, foi a única alternativa encontrada pelo Governo Provisório para justificar em todo o país o ataque armado contra as forças paulistas que permaneceram estacionadas nas divisas do estado esperando o apoio prometido e que nunca chegou.

A Revolução, que durou três meses, foi uma epopéia que mobilizou homens, mulheres, idosos e crianças por todo São Paulo e custou mais de 840 vidas. A derrota do movimento de 32, que teoricamente se transformou em vitória com a Constituinte de 1934, tornou definitiva, com a implantação do Estado Novo em 1937, a maior verdade defendida pelos líderes revolucionários derrotados naquela ocasião: Getúlio queria governar sob regime ditatorial.

Portanto, os ideais da Revolução de 32 somente puderam ser alcançados pelo país em 45, com o fim da ditadura do Estado Novo. É chegada à hora de se levar a sério o Movimento de 32. Aquela Revolução mostrou que toda vez que houver a tentativa de imposição ditatorial no país, haverá resistência profunda nos Estados mais desenvolvidos, aqueles que não se deixam controlar de maneira humilhante. E São Paulo, embora sozinho, manteve firme sua palavra até o fim.

23 de Maio

A revolta de um povo

Apesar do grande apoio popular recebido em São Paulo, os líderes do Governo Provisório de Getúlio Vargas não aproveitaram os homens de confiança – como Vicente Ráo e Francisco Morato – da Revolução de 30 no momento de formar o governo

paulista. Ao contrário, entregou o estado ao “braço armado” do movimento revolucionário, os Tenentistas. São Paulo não aceitou e os ânimos se acirraram. Em março de 1932, sob forte pressão popular, o ex-embaixador Pedro de Toledo é nomeado interventor de São Paulo.

Pressionado pelo Governo Provisório a aceitar ingerências em seu governo, ele reage e exige liberdade de ação. Getúlio ameaça tira-lo do cargo. Foi com esse clima de pressão que São Paulo acordou naquele distante dia 23 de maio de 1932.

São Paulo é loteado

Na tarde-noite de 24 de outubro de 1930, São Paulo explodiu em revoltas. Correrias, princípios de depredação, de saques e agressões. Havia muita mágoa represada; muito ódio armazenado. A Junta Pacificadora, no Rio, aproveitou-se da situação e fez a intervenção em São Paulo. Na madrugada do dia 25, a Junta nomeou como interventor o general Hastínfilo de Moura, comandante da Região Militar, em detrimento do Presidente do Partido Democrático Paulista, Francisco Morato, que tanto havia feito em prol da revolução.

Os Tenentistas cobravam seu preço: Exigiam governar alguns estados. Queriam, sobretudo, São Paulo. Entre atender seus aliados políticos em SP e manter ao seu lado os aguerridos Tenentes, Vargas escolheu os últimos. O mais rico estado da Federação foi entregue aos Tenentistas. Detenções, substituição em massa de dirigentes municipais, empastelamentos e perseguições. Morrera a República Velha. Enterraram-na com sabor de vingança e na verdade com muita esperança no futuro nacional. Por todo o Brasil pensava-se assim.

O problema é que aqui, os líderes políticos alinhados com as causas de 1930 estavam alijados do poder. Começa o martírio de São Paulo. O estado protesta, agita-se. Mas os vexames continuam. O sentimento de revolta começa a florescer, aqui e ali, até que começam a ser notadas perigosas fagulhas de insatisfação em todo o território paulista. E as fagulhas viram chamas.

As agressões

No início de 1932 o estado estava vergado pela crise econômica, grassava a desolação no campo, era grande a agitação proletária nas cidades industriais, aconteciam freqüentes atritos nas ruas entre membros do povo e da Legião Revolucionária, e a polícia getulista reprimia duramente qualquer ato público.

O Partido Democrático de São Paulo, que tanto lutara em favor de Getúlio, deita um manifesto reprovador as constantes agressões contra o povo paulista e ao estado militarmente ocupado. A polícia getulista invade sua Sede, prende Vicente Ráo, um dos líderes revolucionários de 30, e idealizador do projeto de desmonte do “perrepismo” no estado. Já era demais! Os paulistas foram, todos, para as ruas. E apanharam.

A explosão da revolta

A revolta não acontecia só em São Paulo. No Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina, em Minas Gerais e até mesmo na capital, Rio de Janeiro, explodiram, entre o final de 1931 e o início de 1932, inúmeros Movimentos contrários ao governo e a sua política. A polícia getulista reagiu e muito sangue brasileiro rolou por praças e ruas. Muita gente foi presa. O povo, porém, não se intimidou.

Os jornais, mesmo aqueles alinhados ao governo, protestavam. O discurso era um só: “O governo provisório está provisório por tempo demasiado....precisamos de uma Constituição....de eleições...”. São Paulo, por sua vez, exigia um interventor paulista e civil. Exigia, sobretudo, que o novo Secretariado não sofresse qualquer interferência dos próceres de 30. Os outros estados em revolta, vibraram com a notícia.

23 de maio – a covardia

Getúlio recuou. Mas não muito. Nomeou o embaixador Pedro de Toledo para interventor de São Paulo e assim, aparentemente atendeu os paulistas. O problema foi nomear o Secretariado. Pedro de Toledo não aceitou interferências e o governo de Getúlio ameaçou substituí-lo.

O dia 23 de maio, no entanto, amanheceu tranqüilo na capital paulista. Menos nas ruas do centro, e nas esquinas próximas da Rua Domingos de Moraes, onde alguns “tiras” surgiram de repente. Alguns populares notaram a movimentação e, rapidamente, a notícia de espalhou. A “ocupação militar” de São Paulo já havia enchido a paciência do povo paulista. Os discursos começaram a espocar, aqui e ali. Em pouco tempo havia uma multidão nas ruas.

Ibraim Nobre, Carlos Morais de Andrade e Antonio Pereira Lima eram os oradores. A atmosfera ficou eletrizada e todos, em altos brados, exigiam que o novo Secretariado de São Paulo fosse aclamado pelo próprio povo. De repente, no meio da multidão, alguém gritou: “Vamos ao Quartel General!”. Dezenas, centenas e, logo, milhares de bocas passaram a repetir, em coro: “Ao!...quar!...tel!...ge!...ne!...ral!...Ao...quar!...tel!...ge!...ne!...ral!...”. E assim foi. Ordenadamente, como em uma procissão, o povo se dirigiu ao Quartel das Forças Armadas. Era um ato muito perigoso. Até onde se sabia, o exército estava com Getúlio. Quando atravessavam o Viaduto do Chá, estouraram “Vivas” a São Paulo e alguém gritou “Morte a ditadura”.

Com essas palavras de ordem o cortejo chegou a Rua Conselheiro Crispiniano, onde ficava o Quartel. Os líderes temiam ser recebidos sob fogo de metralhadoras. Lá, a surpresa. Os portões estavam abertos, escancarados. Diversos oficiais apareceram e se congratularam com os manifestantes. O Exército estava com São Paulo. Calorosas palmas ecoaram por toda a rua. “Ao Quartel da Força Pública...ao Quartel da Força Pública”, passaram a gritar os manifestantes. E lá se foram eles. Ao chegarem, outra surpresa. Os portões estavam fechados.

Enquanto os líderes explicavam as razões do Movimento aos atentos oficiais uma gritaria começou no meio da praça. O povo estava sendo atacado a tiros. Correria, raiva, gritos, brigas e sangue. Minutos depois, cinco corpos jaziam no chão: Mario Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Drausio Marcondes de Souza, Antonio Américo de Camargo Andrade estavam mortos. Orlando de Oliveira Alvarenga, gravemente ferido. Revoltada, a multidão se dirigiu até o Palácio dos Campos Elíseos e gritou seu apoio a Pedro de Toledo. São Paulo queria lutar.

MMDC

Martins, Miragaia, Drausio e Carmargo. Os quatro mártires no ataque da polícia de Getúlio contra o povo naquele distante 23 de maio de 1932, inspiraram a criação do MMDC, cuja sigla leva as iniciais de seus sobrenomes, uma organização civil que acabou a frente do maior Movimento Popular já ocorrido na história Brasil e que culminou na Revolução Constitucionalista de 9 de julho daquele ano.

FLS.	08
PROC.	218/11
C.M.	✓

Já Orlando, seriamente ferido no mesmo ataque, veio a falecer meses depois e por um lapso ocorrido na época, não teve seu nome incluído na sigla. Orlando de Oliveira Alvarenga, nascido em Muzambinho-MG no dia 18 de dezembro de 1899, era filho do Sr. Ozório Alvarenga e de Dna. Maria Oliveira Alvarenga. Deixou viúva Dna. Annita do Val e um filho de nome Oscar. Orlando faleceu em 12 de Agosto de 1932, em plena Revolução, num quarto do hospital Santa Rita, onde foi internado no dia 23 de maio.

Os bastidores de 32

- Dezembro de 1931. Patrocinada pelos Tenentistas, realiza-se em Poços de Caldas uma reunião envolvendo Oswaldo Aranha, líderes civis do Governo Provisório, além de militares do Tenentismo integrados aos diversos Comandos de Exércitos do país.
- Após as discussões, firma-se, secretamente, o “Pacto de Poços de Caldas” que, entre outros pontos resolve pelo seguinte: Extinção de todos os partidos, supressão das polícias estaduais, afastamento dos líderes civis das funções administrativas, reajustamento das funções das Forças Armadas, e implantação de uma ditadura com prazo estipulado de 20 anos para sanear o país.
- Foi firmado um documento do Pacto que todos os presentes, menos o Coronel Plínio Tourinho, Comandante da 5ª Região Militar, subscreveram e em seguida, enviado ao Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, para implantação. O Plano foi denunciado pelo Coronel Plínio Tourinho, em fevereiro de 1932, ao líder gaúcho João Neves da Fontoura, um dos principais entusiasta de 1930 e que, a partir daí, colocou-se contra Getúlio.
- Fevereiro de 1932. Flores da Cunha, interventor do Rio Grande do Sul, profere violentos discursos em várias cidades gaúchas pregando a luta armada para restaurar a legalidade no país. Explodem nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro enormes manifestações públicas contra o governo. A polícia de Getúlio reage com violência. Em São Paulo, políticos do PD, apoiados pelos outros partidos, lançam a Campanha Nacional pela Constituinte.
- Março de 1932. Flores da Cunha reúne-se em Porto Alegre com políticos do estado tentando obter apoio para a deflagração de um movimento armado contra Getúlio. Em São Paulo, as manifestações pela Constitucionalização do país ganham as ruas. No final do mês, temerosos pela reação da população paulista caso Pedro de Toledo fosse deposto por Getúlio, políticos de São Paulo procuram Flores da Cunha no Rio Grande do Sul solicitando seu apoio a São Paulo caso houvesse outra intervenção no estado.
- O interventor Gaúcho não perdeu tempo e pediu a entrada de São Paulo no movimento que se formava para depor o Governo Provisório. Os emissários paulistas manifestaram-se simpáticos ao a idéia e afirmaram que o Rio Grande do Sul poderia contar com os paulistas. Um mês depois, Flores da Cunha manda entregar grande quantidade de armas a todas as unidades gaúchas, exceto as forças de Cachoeira e Caxias, tidas como Tenentistas.

- Maio de 1932. Flores da Cunha ordena ruidosa concentração de forças da Brigada Militar em Santa Maria. Explode o 23 de maio em São Paulo, com a morte de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo; eclodem revoltas no Paraná, Santa Catarina e na capital, Rio de Janeiro; o 12º de Cavalaria de Belo Horizonte, um dos mais fortes de Minas, declara seu apoio ao movimento revolucionário. O Interventor mineiro manifesta simpatia pelo movimento.
- Junho de 1932. Flores da Cunha manda o Sr. Batista Luzardo a São Paulo a fim de indagar aos líderes paulistas, em definitivo, se queriam, ou não, fazer a revolução. Caso a resposta fosse positiva, qual seria a força militar que São Paulo teria disponível para a vitória.
- No final do mês, em visita ao Rio de Janeiro, o interventor gaúcho procura o líder e conterrâneo João Neves da Fontoura e afirma que tudo estava pronto para a deflagração do movimento revolucionário. Ainda em junho, autoridades do governo paulista são procuradas pelo Tenentista Coronel Rabello, e ouvem dele a intimação: "Não desejo intervir, nem forçar São Paulo a nada...O caso não deve ser resolvido "Manu Militari"...Escolha-se outro Interventor Civil para o estado e este nomeará outro Secretariado em conjunto com os Revolucionários...". Getúlio havia decidido depor Pedro de Toledo. A notícia vaza para fora das paredes do Palácio do Governo e chega às ruas. A revolta é geral e o povo toma, de vez, as ruas. São Paulo estava se transformando em um barril de pólvora.
- Final de junho de 1932. O General Rabello, Tenentista ferrenho, começa a concentrar forças comandadas por oficiais leais a Getúlio na capital de São Paulo. O argumento: "Manter a ordem". Avisado, o General Kingler comandante da Circunscrição do Mato Grosso, envia Circular aos comandantes dos Corpos sob sua jurisdição onde informa, "...exhortei-o a não colaborar novamente na farsa da deposição desse governo que corresponde ao anseio dos paulistas".
- 1º de julho: Os líderes gaúchos Srs. Raul Pilla e Sinval Saldanha, apelam ao Sr. Flores da Cunha para que este não deixasse o território nacional no momento da luta. O interventor declara a todos os presentes: "...que se me confiam o poder de ser o juiz da hora em que o Rio grande e o Brasil devem se lançar em armas contra a ditadura...se São Paulo não iniciar o Movimento..o Rio Grande por si o fará".
- Enquanto isso, em São Paulo, o povo estava nas ruas e o estado estava ficando sem controle. Pedro de Toledo, então, envia o Dr. Aureliano Leite como seu emissário a Porto Alegre. Sua missão: Reiterar o compromisso de São Paulo com o movimento e obter apoio formal, por escrito, de Flores da Cunha de que o Rio Grande do Sul estaria com São Paulo caso ocorresse alguma intervenção no estado. O interventor gaúcho reitera, por escrito, "que o compromisso com São Paulo é irrevogável...e em especial se o General Kingler fosse afastado do Comando da Circunscrição do Mato Grosso ou se houvesse tentativa de se modificar o Secretariado Paulista".

FLS.	10
PROC.	218/11
C.M.	K

- Combina-se para o dia 14 de julho a deflagração do movimento Revolucionário. Pouco depois, o comandante da Circunscrição do Mato-Grosso, General Bertholdo Kingler protesta contra uma nomeação no exército em detrimento de Góis Monteiro, é demitido de seu posto e mandado para a reserva. Revolta-se, e comunica seu apoio, com tropas, ao Governo de São Paulo e a causa da Revolução.
- 5 de julho: Diante da crescente concentração de forças militares getulistas em São Paulo, e de suas atitudes francamente hostis, Pedro de Toledo encaminha, por militares de sua confiança, apelo para que o movimento fosse apressado às autoridades gaúchas, mineiras, catarinenses e mineiras já que, “..não estamos conseguindo nos sustentar e o povo está nas ruas...será uma tragédia de conseqüências imprevisíveis...”, concluía o texto.
- Em Porto Alegre, o líder gaúcho, Sr. Celidário Filho, de posse das preocupantes informações vindas de São Paulo, reúne-se às pressas com Flores da Cunha: “...a situação do governo paulista é insustentável no status quo atual...ou ele dá seu apoio expresso a Ditadura, aceitando uma Pasta no Ministério...e enfrenta a revolta do povo que está nas ruas...ou resolve-se imediatamente pela Revolução....que é o que a população quer....o prolongamento da situação actual permitirá a infiltração da Guarnição de São Paulo por elementos ditatoriais...e dentro em breve assistiremos a deposição do governo de São Paulo...a Frente Única de São Paulo quer manter os compromissos com a Frente Única do Rio Grande...seja pois a Frente Única do Rio Grande o árbitro da situação.”. A resposta de Flores da Cunha: “..o Rio Grande em qualquer hipótese, manterá seu compromisso com São Paulo. A movimentação está marcada para o dia 14”.
- Sábado, 9 de julho de 1932: A concentração das Forças ditatoriais em São Paulo chega a níveis críticos. Esperava-se a deposição do governo paulista para os próximos dias ou horas. O povo, mesmo sem estar inteiramente a par da situação, estava nas ruas. A pressão aumenta e se iniciam frenéticas trocas de telegramas entre os líderes de São Paulo e os outros estados da Federação. Começam as movimentações de tropas leais a Getúlio na capital paulista. O povo parece que percebe algo errado e toma as ruas do centro.
- Naquela mesma noite (09 de julho), começam a circular civis armados, o Posto do MMDC é aberto, começam as inscrições para o Voluntariado e ninguém mais conseguiu segurar o povo que deflagra por conta própria, 5 dias antes da data combinada pelos líderes estaduais, a Revolução Constitucionalista. Na madrugada de 9 para 10 de julho as autoridades paulistas enviam dramáticos telegramas para os estado envolvidos no Movimento: “Não podemos mais agüentar. A Revolução está em marcha...encontramo-nos para a vitória da legalidade”.
- No dia 11 de julho, dois dias depois de deflagrado o Movimento Constitucionalista em São Paulo, os líderes gaúchos João Neves, Raul Pilla, Baptista Luzardo, Lindolpho Collor e Borges de Medeiros, preocupados com a demora do interventor Flores da Cunha em assumir o papel de vanguardista do movimento o procuraram no Palácio, onde ele estava isolado há dias. Ao cobrarem atitude do interventor, souberam da tragédia que se abateria sobre

todos eles. No dia anterior, ainda pela manhã, Flores da Cunha havia enviado telegrama urgente para Getúlio Vargas. O texto dizia o seguinte: “Fui apunhalado pelas costas...estou calmo e sereno...manterei a ordem ou morrerei. Abraços”. O Movimento fora traído já havia 24 horas. Os Tenentistas já estavam agindo e prendendo líderes militares e civis por todos os estados envolvidos, menos em São Paulo.

- Imediatamente a notícia foi espalhada via telegrama e cabeças coroadas da política brasileira - inclusive os líderes gaúchos citados acima - deslocaram-se rapidamente de seus estados para São Paulo. Ao chegarem a capital paulista a explicação era a mesma: “É melhor ser derrotado ao lado de São Paulo do que vencer ao lado da Ditadura”. No mesmo dia 11 as primeiras forças paulistas começaram a seguir para as divisas do estado, onde estacionaram, e aguardaram a chegada das forças dos outros estados para, então, juntos, todos marcharem rumo a capital. O apoio nunca chegou. Ao contrário.
- Tempos depois, já nos anos 40, de cima da Tribuna da Câmara dos Deputados, Flores da Cunha, inesperadamente, proferiu um “mea culpa”: “Envergonho-me de 32...um dia voltarei a São Paulo e me desculparei com os paulistas...”.

Araraquara na Revolução

Entre a madrugada de 9 de julho, passando por todo o dia 10, precipitou-se em Araraquara uma avalanche de notícias sobre a deflagração do movimento revolucionário na capital paulista. A situação confundiu os líderes e a população local. Finalmente, na noite do dia 11, confirma-se o esperado e na edição de 12 de julho, em matéria de 1ª página, O Imparcial divulgava:

“São Paulo, 11 – (Rádio) – Movimento Constitucionalista – O aviador paulista José Boccacio, acompanhado do civil Mourão, alcançou a capital da República, conseguindo lançar manifestos e 80 kg de jornaes paulistas em plena cidade. Os tripulantes do avião paulista voaram sobre a Avenida Rio Branco a 30 metros de altura”.

Logo a seguir, um comunicado da capital: “O QG da faculdade de direito de São Paulo, MMDC, avisa os alistados para se apresentarem em suas divisões, às 20:00hs afim de aguardar ordens”. Pouco abaixo, a proclamação da Prefeitura de nossa cidade: “Ao Povo: A Prefeitura Municipal de Araraquara, por seu Prefeito infra-assignado, obedecendo instrucções emanadas do Departamento de Adminstração Municipal do Estado, convoca cidadãos que quizerem se alistar, prestando serviços como voluntários á causa do Estado de são Paulo, que é a causa do Brasil, a comparecerem ao edificio da Prefeitura, na Praça Municipal, a partir de hoje, para instrucções necessárias sobre o módo como se devam conduzir...as inscrições se acham abertas em uma das salas daquella repartição das 12 ás dezessete horas. Francisco Vaz Filho – Prefeito”.

O apoio à causa foi imediato, e a população da cidade foi para as ruas. No dia seguinte, 13 de julho, os primeiros voluntários araraquarenses seguiram para se integrar às forças que estavam se formando na capital pela constitucionalização do país. Araraquara, na época uma pequena cidade, mandou para as frentes de batalha 541 de seus filhos. Entre eles, uma mulher, Dna May de Souza Neves, esposa do Dr. Camillo Gavião de Souza Neves, que seguiu no dia 14 de julho para servir no Serviço Hospitalar para Assistência ao Soldado Constitucionalista.

FLS.	12
PROC.	21811
C.M.	8

Mobilização total

Assim como em todo o estado de São Paulo, a mobilização popular pela causa Constitucionalista em nossa cidade foi total. Homens, independente da idade ou condição social, apresentaram-se em massa para servir nos batalhões que se formavam na capital. Grandes fazendeiros e pequenos agricultores colaboraram com enormes quantidades de alimentos e outros artigos para sustentar as forças de São Paulo nas frentes de combate.

A população, em geral, doou de tudo: alianças, anéis, relógios, pratarias, dinheiro, roupas etc. Formou-se nas escolas do município inúmeros grupos de moças que costuravam todo tipo de peças de vestuário para serem enviadas aos soldados em campanha; funcionários do escritório central da antiga EFA, proibidos em uma primeira hora de se apresentar como voluntários organizaram uma campanha para arrecadação de fundos. Além disso, todo o destacamento de polícia do município foi enviado para as frentes de batalha.

Em razão de tal fato, coube ao Tiro de Guerra local, que na época tinha a designação numérica 610, e havia sido elevado a condição de Tiro pouco mais de três meses antes (já existia como Linha de Tiro desde 1911), a responsabilidade de fazer o patrulhamento da cidade, bem como, da Guarda da cadeia da local. Durante três meses, tempo em que durou o conflito, toda a cidade esteve unida em torno da causa e de manter ativo o exército paulista, tudo, para alcançar o objetivo maior: a Constitucionalização do país.

Os Mártires

Três meses depois, ao final do conflito, seis araraquarenses não retornaram: Bento de Barros, Diógenes Muniz Barreto, Tenente Joaquim Nunes Cabral, Waldomiro Machado, José Cesarini e Joaquim Alves. Todos, mortos em combate. Encerradas as hostilidades, a Prefeitura de Araraquara reclamou seus corpos e erigiu, na Avenida principal do cemitério São Bento, um Mausoléu em homenagem a todos os araraquarenses que se envolveram na epopéia constitucionalista, onde foram enterrados os heróis da cidade que tombaram pela causa.

O Mausoléu ao Movimento Constitucionalista de 1932, que foi inaugurado no ano de 1934, ainda sob vigência de uma lei federal que proibia qualquer manifestação simpática ao movimento deflagrado por São Paulo, encontra-se hoje, ainda com os despojos dos seis araraquarenses, na 1ª rotatória da Avenida Bento de Abreu, na Fonte, para onde foi transferido no início dos anos 60, imortalizando, assim, os épicos momentos vividos pelos araraquarenses da época.

Testemunha da história

O Sr. Wilmon Barbieri, na época um garoto de 10 anos de idade, filho do Sr. Domingos um dos proprietários da Casa Barbieri, a mais importante loja da região na época, ainda se lembra com muitos detalhes de acontecimentos daqueles distantes dias. Um dos episódios mais marcantes para o Sr. Wilmon, se refere a enorme bandeira de São Paulo que era carregada, aberta, por moças e moços pelas ruas da cidade aos gritos de "Ouro para São Paulo", que foi um movimento patrocinado pelos constitucionalistas que visava obter fundos para manter a Revolução.

Os jovens andavam pela cidade recebendo doações, que eram jogadas sobre a bandeira, e ao terminarem a jornada dirigiam-se até a entrada da Casa Barbieri, na esquina da Rua 9 de Julho (na época Rua do Comércio), com Avenida Duque de Caxias, local em que

hoje está sediada a CEF, onde os aguardavam o Dr. Octavio Arruda Camargo e os demais responsáveis pela contabilização das doações:

“A bandeira de São Paulo era dobrada, como uma trouxa de roupa, e entregue ao Dr. Octávio, que a levava para dentro da loja. Lá, os responsáveis procediam a contabilização das doações e as guardavam no cofre que tínhamos. Depois, um emissário apanhava tudo e levava, de trem, para o Governo Revolucionário em São Paulo”. Outro importante detalhe lembrado pelo Sr. Wilmon era sobre as transmissões realizadas pela rádio Cultura que aconteciam todos os finais de tarde, de dentro da loja de sua família: “Foram colocados auto falantes diante da loja e toda a cidade se dirigia para lá perto das 18 horas...lá de dentro, a rádio transmitia as “Notícias do Front”...e lia “As Cartas do Front”, que eram as cartas enviadas por araraquarenses que se encontravam nas frentes de batalha. A emoção era geral”.

Os batalhões infantis, quando crianças da cidade vestidas com roupas militares andavam pelas ruas invocando a colaboração de todos com o movimento também são inesquecíveis para ele. Um momento, porém, ficará para sempre em sua memória: “Depois de terminada a guerra, quando os soldados araraquarenses voltaram, a cidade estava ocupada por tropas de Minas. Ainda me lembro quando os vi arrombarem o cadeado de um casarão no centro, onde fizeram seu QG. O comandante mineiro, um capitão, no entanto, era um homem muito justo. Muito bom. Quando o trem parou na Gare da Paulista, os jovens araraquarenses que voltavam, ainda irritados com a derrota, gritaram “Viva São Paulo”, Viva São Paulo”, e o povo que os esperava respondeu aos gritos com “Vivas”. Os soldados mineiros, então, assentaram uma metralhadora no pátio da estação e foi aquela correria. Só não aconteceu uma tragédia naquele dia porque o Capitão, aos gritos, ordenou aos comandados que parassem com aquilo”. Como reconhecimento da cidade aos trabalhos prestados pelos irmãos Barbieri na ocasião, a Prefeitura, ao mesmo tempo em que construiu o Mausoléu no cemitério, mandou erigir uma placa que foi afixada na parede externa da loja da família na mesma época. A placa, ainda se encontra lá.

Pesquisa: Hamilton G. P. Mendes